

Palavra de ordem: a pauta política nos jornais de Teresina (1971-1975)

Cláudia Cristina da Silva Fontineles^I
Carlos Alberto de Melo Silva Mota^{II}

Resumo: Ao percorrer as sendas históricas do Brasil, na década de 1970, podemos observar rastros espessos do projeto político dos militares. Visualizamos que os generais buscavam manter sua posição no comando federal. Para isso, utilizaram recursos como atos institucionais, limitações aos outros Poderes e projetos políticos. Dentre esses projetos, observamos um alinhamento em torno do discurso de integração nacional, onde estados outrora vistos como marginalizados — como o Piauí — foram impulsionados ao crescimento, por meio de governos que valorizavam a construção civil como ferramenta para inserção no “milagre brasileiro” econômico. Constata-se então um discurso híbrido, cuja imprensa figura como a principal porta voz dos feitos da ditadura. Este artigo é fruto de uma pesquisa empírica a partir de documentos oficiais e de matérias publicadas nos jornais *O Dia*, *O Estado* e *Estado do Piauí*, que são analisados a partir da interlocução com os estudos de Robert Darnton, Anne-Marie Smith, Beatriz Kushnir, Carlos Fico e Cláudia Fontineles.

Palavras Chave: História. Política. Imprensa.

The political agenda in Teresina newspapers (1971-1975)

Abstract: Crossing the historical paths of Brazil, in the 1970s, we can observe dense traces of the political project of the military. We visualize that the generals tried to maintain their position in the federal command. For this, as human resources, limitations to the others Powers and political projects. Among these projects, there is an alignment around the discourse of national integration, where formerly seen as marginalized states - such as Piauí - were driven to growth, by governments that valued civil construction as a tool for insertion into the economic "Brazilian miracle". We can see a hybrid discourse, whose press appears as the main spokesperson for the dictatorship's achievements. This article is fruit of aempirical research based on official documents and journalistic articles, which are analyzed from the interlocution with the studies of Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) and Cláudia Fontineles (2015).

Keywords: History. Policy. Press.

Artigo recebido em 10/09/2021 e aprovado em 06/03/2022.

O Piauí nos rastros de *um Brasil Gigante*

Ao nos debruçarmos sob a análise do Brasil ao longo da década de 1970 observamos discursos dissonantes em torno do termo “democracia”, posto em disputa entre opositores e apoiadores do Golpe de 1964. O regime militar instaurado jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como “democracia relativa”, sempre preocupando-se em manter uma fachada democrática,^{III} nesse âmbito a imprensa fora tomada como um espaço político, em que os militares se utilizavam dos seus discursos na busca por legitimidade ao seu projeto nacional. Constituíam-se, então, uma organização política que buscava integrar os diversos estados nos rastros de *Um Brasil Gigante*, a partir da construção de obras públicas e da sua comunicação em jornais, em busca da pretendida legitimação do governo:

A força não bastava, contudo, para garantir a estabilidade da dominação. Seria preciso encontrar algum mecanismo para a aceitação pacífica da ordem estabelecida. A partir de 1969, ficou clara a busca de legitimidade na retomada a todo vapor do desenvolvimento econômico, que vinha em alta desde 1967, concomitante à repressão contra os opositores e às medidas de reorganização da sociedade. Difundia-se a ideia de que só foi possível retomar o progresso nacional devido à manutenção da ordem pública pelos governos militares. A legitimação do regime passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social.^{IV}

Nesse sentido, o próprio Regime Militar elegia-se como propulsor do progresso e controlador da ordem social, para isso valia-se projeto político associado à “modernização conservadora” da sociedade, essa menção toma emprestado o termo de Barrington Moore Júnior, que ao interpretar *revoluções vinda de cima*, considera que o processo de modernização conservadora remete, então, a condução de países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, como no caso do nazi-fascismo.

Então, a modernização econômica do Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terratenentes que acabaram determinando um padrão de capitalismo dependente, que amarrava ainda mais os interesses conservadores à lógica da permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista.^V

Esse projeto de modernização conservadora da sociedade brasileira viria a se fortalecer e ficar em maior evidência a partir da posse do general Emílio Garrastazu Médici, em outubro de 1969. O general foi o terceiro presidente do Regime Militar, tendo seu mandato marcado pelo Plano de Integração Nacional (PIN), destinando verbas para o desenvolvimento de obras e elencando governantes alinhados à sua política em todo o país, tomemos como exemplo o Piauí, com Alberto Tavares Silva. Durante o período correspondente ao governo de Médici tornou-se popular a alcunha “milagre [econômico] brasileiro” para referir-se a conjuntura vivenciada, eram ressaltados símbolos ufanistas como *Brasil Potência* ou *Brasil, ame-o ou deixe-o* que entrelaçavam o discurso de modernidade e a política dos generais do Exército.

A expressão “Milagre Econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “Milagre Alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a

expressão “Milagre Brasileiro” passou a ser usado como sinônimo do *boom* econômico observado desde 1968 - e também como instrumento de propaganda do governo.^{VI}

Já em seu discurso de posse, o então presidente Garrastazu Médici denota conceber a temporalidade social como uma linha evolutiva, afirmando que em seu governo serão dispostos os recursos necessários para aceleração dessa escalada rumo ao progresso. Em sua fala, o general concebe o Golpe de 1964 como uma Revolução, incidindo na afirmação que ora pontuamos, os militares jamais assumiram sua política como uma ditadura, nesse aspecto pontuando a necessidade do auxílio da universidade, da igreja, da imprensa e dos cidadãos na consolidação da ordem vigente:

Homem do meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere a nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica e humanizada. Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. É meu propósito libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos e, para isso, convoco a universidade, chamo a Igreja, aceno à imprensa e brando ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.^{VII}

Edwar Castello Branco, em seu livro *Todos os Dias de Paupéria*, problematiza o último ponto da fala de Médici, quando constata aspectos da atuação civil junto ao Regime Militar. Em seu escrito o autor analisa uma polêmica em torno de rapazes “cabeludos” para pensar a problemática cultural no período, de um ponto de vista que leva em conta as condições cotidianas de existência. Castello Branco observa que a Ditadura não é uma entidade acima da sociedade brasileira e repressora do conjunto da nação; ela está entranhada de tal maneira nas pessoas que elas reproduzem com naturalidade a repressão em escala micro. Para o autor, não seria possível uma Ditadura Militar brasileira se não houvesse cooperação da maior parte da população, tanto de modo direto, servindo nas organizações armadas, policiais e inteligência do regime, quanto de modo indireto, ao se colocar por conta própria como censor, intolerante à irrupção do novo, ainda que este novo se expressasse apenas numa cabeleira comprida.^{VIII}

O discurso de posse de Emílio Garrastazu Médici é preenchido por simbolismos, sendo por si só um documento cuja análise pode desdobrar-se por diversos vieses, todavia, atentamo-nos ao fragmento em que o general afirma: “homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista”. O discurso de progresso mostra-se um ponto chave na fala do presidente, buscando consolidar um ideal de modernidade que se contrapõe a um passado arcaico e atrasado, adotado posteriormente, em escala local, por seus representantes.

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando a palavra “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “Moderno”, portanto,

é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos.^{IX}

Para o desenvolvimento pleno do programa, Garrastazu Médici elencou nomes em todo o país alinhados ao seu projeto tecnicista. O governo militar selecionou aliados à sua política, com a capacidade de desenvolver e aplicar projetos que mantivessem a ordem local, à medida em que colaboravam para projetos mais amplos em nível nacional. No âmbito piauiense, essa *estratégia*^X foi reforçada com a chegada de Alberto Tavares Silva ao poder executivo do estado, o político assumiu o cargo em 15 de março de 1971, conclamando desde seu discurso de posse o apoio de todos para o projeto que visava desenvolver.

Estou certo de que, na caminhada que ora início, não me faltarão os estímulos de que necessito – das Forças Armadas, da juventude, que é o hoje e o amanhã desta nação, da classe política, dos trabalhadores da cidade e dos campos, dos ricos e dos pobres, com a convicção de que indispensável é nesta hora a aglutinação de todos os piauienses em torno de um governo que não dará agasalho a ressentimentos, que não tem interesses que não sejam os do Estado e do bem estar dos seus concidadãos.^{XI}

A matéria jornalística trata da posse do governador tece também elogios ao seu antecessor, João Clímaco d'Almeida, o “Joqueira”, mencionado como “um governador humanitário e popular, que findou seu governo sob aplausos de gregos e troianos”, os mesmos que agora recebiam Alberto Silva, entusiasmados e esperançosos por dias melhores para o estado. Destaca-se, na solenidade, a presença de cidadãos parnaibanos, conterrâneos do governador, que mostravam solidariedade e integral apoio ao filho da terra, que agora ocupava o cargo mais elevado do Estado.

A origem na cidade de Parnaíba, ora conclamada na solenidade de posse Albertista, foi alvo de críticas por famílias tradicionais da oligarquia teresinense, que ficaram desgostosas pela indicação do parnaibano-forasteiro ao cargo Executivo Piauiense. Acontece que, nascido no Piauí, Alberto havia construído carreira fora do estado, sobretudo no Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais, locais onde ocupou diversos cargos e adquiriu formação em Engenharia Mecânica, Civil e Elétrica. A trajetória por esses lugares permitiu a Alberto construir uma rede de aliados, sobretudo no Ceará, onde conquistou as principais credenciais que levariam Garrastazu Médici a escolhê-lo como governador do Piauí.^{XII} Consciente do desconforto que causava a ideia de um “forasteiro”, na chefia do governo estadual, Alberto buscava ressaltar a identidade piauiense, destacando sua naturalidade desde o discurso de posse:

Não posso e não quero prometer milagres, não quero e não posso omitir a verdade, mas quero e posso e devo dizer ao povo do Piauí que estou aqui para executar, obstinadamente, tudo o que for necessário ao desenvolvimento desta terra em que todos nós tivemos o privilégio de nascer.^{XIII}

A trajetória de Alberto e sua escolha como representante pelos militares reforça o projeto geral, do qual o Piauí passava a fazer parte, tratava-se de um governador-engenheiro, com formação alinhada ao projeto de modernização que circundava o país e com as condições cômodas para reestruturação da ordem interna do estado, visto que era uma figura alheia as oligarquias políticas locais, portanto desligado das tradições e pudores mais estruturais da sociedade piauiense.

Nesse momento, mais do que fazer mudanças, tornava-se importante expor o que se fazia, para isso os meios de comunicação tornaram-se essenciais, noticiando obras públicas, nesse projeto que visava a legitimação do regime, assim como um lugar na memória da sociedade para o governador. Cláudia Cristina das Silva Fontineles analisa *as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e história piauiense*. Em seus escritos podemos observar diversos elementos importantes para nosso trabalho, que situam o Piauí nesse projeto nacional.

Essas ações no campo da construção civil se inscrevem como registros na memória social quando revelam a configuração histórica vivida no Piauí e no Brasil na década de 70, em cujos discursos privilegiavam-se obras de grande porte, que evidenciassem o desenvolvimentismo e a suntuosidade defendidos pelo modelo político da época, como destaca a pesquisa desenvolvida pelo CPDOC. Em seus estudos sobre o período, a pesquisadora Sônia Dias analisa como os governos autoritários trataram essa questão como um dos suportes na legitimação de seu poder centralizador no Brasil. Ela esclarece como isso foi construído na ocasião, informando que, “estabelecendo uma política voltada para o ‘desenvolvimentismo’, Médici manteria um estilo de governo forte e centralizado”. Isso é comumente observado nos pronunciamentos do governo estadual no período, que aproveitava todas as oportunidades para render-lhe tributos e presta-lhe conta das realizações efetuadas durante a sua gestão, indicando que o projeto de inserção do Piauí no Brasil-potência existia concomitantemente ao fortalecimento do poder decisório do Governo Federal, ao qual deveria ser submetida qualquer iniciativa de âmbito local.^{XIV}

Com Alberto, seria ampliada no Piauí a visibilidade do projeto nacional que coaduna a modernização e o exercício da imprensa, ressaltados na fala do governador: “A imprensa, a televisão e rádio terão em meu governo todas as facilidades para que possa cumprir a sua alta missão de informar com rapidez e seriedade.”^{XV}

Observamos que o incentivo proporcionado à imprensa por Alberto Silva não se limitou à capital do estado, em Parnaíba — sua cidade natal — o governador também contribuiu para o trabalho dos jornalistas, assumindo uma postura de aproximação com esse grupo, que seria importante na comunicação de seus projetos e na sua busca por fixar-se na memória do Piauí.

O apoio do governador Alberto Silva à casa do Jornalista de Parnaíba tem quase sabor de uma reparação pelas investidas que tem sido feitas contra alguns homens de nossa imprensa. É um exemplo de que a classe dos jornalistas é digna de todo o respeito, merecedora das melhores atenções. A atitude de Alberto deve ser, portanto, motivo de reflexões para aqueles que ainda insistem em desprezar ou perseguir homens cujo “crimes” terá sido a busca da verdade e a defesa da moralidade da coisa pública.^{XVI}

A estratégia de Alberto Silva em valorizar a imprensa, o rádio e a televisão, no seu mandato, pode ser reinterpretada naquilo que Cláudia Fontineles trata como as “maneiras de durar de Alberto Silva”, uma figura enigmática, presente na memória da sociedade piauiense.^{XVII} Assim, o uso da imprensa concebia tanto sua solidificação na memória popular, como representava uma estratégia para legitimação do seu governo e dos militares, que o tinham como seu representante. Dessa forma, ao promover obras públicas ou proferir discursos, o governador unia sua *athanalídzein* (luta contra erosão do tempo) ao projeto de apoiar o regime militar, por meio de uma fachada democrática.

Nesse estudo, optamos por enfatizar quadros situados nesse quadro tradicional ou da grande imprensa, a partir dos seguintes periódicos: *O Estado*, *O Dia* e *Estado do Piauí*. Dentre os periódicos analisados o de tiragem mais antiga é o *Estado do Piauí*, entrando em circulação pela primeira vez em 1928, com o lema “Político e Noticioso”, sob a responsabilidade de Hugo Napoleão do Rego, e que teve sua circulação paralisada em 22 de abril de 1930, após impedimento da polícia. O jornal retornaria com o mesmo lema a partir de 1957, agora sob a direção e propriedade de Josípio Lustosa, tendo sua redação localizada na praça Rio Branco, no Ed. Rianil e sua oficina na rua Humberto de Campos, no centro de Teresina. O periódico contava com oito páginas e circulava uma vez por semana.

O segundo jornal trabalhado é *O Dia*, fundado em 1951. Esse órgão mantém-se atuante até os dias atuais. Sua fundação deu-se sob a direção e propriedade de Raimundo Leão Monteiro, tendo como redator-secretário Orisvaldo Bugyja Brito, sucedido por Alencar Soares, Solfieri de Alencar Araripe, Teixeira da Silva e Aldir Miranda. No contexto estudado o jornal ele se encontrava sob a propriedade do Cel. Octávio Miranda, possuindo quatorze páginas por edição e circulava diariamente.

Por fim, analisaremos o jornal *O Estado*, fundado em março de 1969, por Venelouis Xavier Pereira e dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e, posteriormente, por Teresinha Belchior Cavalcanti. A edição ficava a cargo de Feitosa Costa, recebendo colaboração de nomes como Francisco Viana, Pedro Alcântara, Elvira Raulino, Climério Lima, Iracema Santos Rocha e Josias Clarence Carneiro da Silva. O jornal era uma extensão do *Estado-CE*, fundado em 1936, por um grupo de políticos do Partido Social Democrata - PSD, tendo, em sua primeira fase, o deputado federal José Martins Rodrigues à sua frente. O jornal possuía caráter substancialmente partidário, alinhado ao PSD. Em 1963, o periódico seria adquirido por Venelouis Xavier Pereira, delegado civil, advogado e jornalista que prometia dar uma nova dinâmica ao jornal, “focado na publicação de notícias, análises, comentários e opiniões que primam pelo pluralismo e pelo apartidarismo, priorizando o interesse do leitor”, na capital piauiense o jornal circulava diariamente.

A dança das palavras na imprensa piauiense

A partir da posse do governador as matérias de viés político aumentariam o ritmo nos periódicos que circulavam em Teresina, seguindo o fluxo do poder, incluindo o Piauí no roteiro daquilo que os militares chamavam de Plano de Integração Nacional. O projeto de governo pautava-se num programa que visava modernizar a sociedade com obras na área da construção civil, todavia além do caráter edificador esse programa carregava um caráter simbólico, para legitimação da ordem vigente. Os militares observavam no progresso nacional um subsídio para manutenção da ordem pública, que se via ameaçada pelos diferentes focos de revolta em todo a federação.

O regime, composto por militares e civis que faziam parte do grupo de poder, empenhava-se na busca de aceitabilidade para a ditadura, estava incumbido de preservar os valores e os interesses condizentes com uma suposta ordem democrática, o que era constantemente reafirmado por órgãos da imprensa oficial.^{XVIII}



Figura 1: *O Dia*, 19 fev. 1973, p. 3.

Os periódicos, ao veicularem matérias sobre projetos do estado, o noticiavam como um espaço em avanço, com perspectivas de melhorias para a vida dos cidadãos comuns, tratados como se outrora estivessem desamparados. Em matérias, como a da foto acima, sempre se reafirmava o intercâmbio entre o projeto nacional e o plano local, onde o governador era visto como o ponto mediador.

Dentro de uma programação objetiva e coerente com o plano de reorganização proporcionado pela Revolução, em todo o País, o Governador Alberto Silva trouxe para o Piauí um novo sentido de vida e de progresso. Levantando a opinião-popular para um nível de autovalorização de sua capacidade, cabe no Governador o grande mérito de ter despertado os piauienses para a arrancada do desenvolvimento nacional, livres de antigas e pesadas pelas e com ânimo renovado pela certeza de que, verdadeiramente, querer é poder, mesmo quando pouco se tinha para o início das grandes obras propostas pelo Chefe do Executivo estadual. E assim partiu o povo, seguindo o comando governamental, unido em seus propósitos, rumo às realizações que, hoje, consagram o valor da gente do Piauí.^{xlx}

A reestruturação da imagem do estado buscava romper com o ideal que rotulava o Piauí como o “primo pobre da nação”, nesse ponto os incentivos financeiros liberados pela federação — sobretudo a partir da influência do piauiense Petrônio Portella — colaboraram para a criação de variados projetos e execução de obras públicas na infraestrutura no estado, sobretudo na capital Teresina. Fazendo um balanço do governo de Garrastazu Médici, os políticos e jornalistas piauienses coadunavam com o discurso nacional de um “milagre brasileiro” na economia, nesse sentido colocavam o Piauí como um dos principais favorecidos, ao comparar sua atuação com a omissão de outros condutores da nação perante o estado.

Homenagem: Após fazer um retrospecto das atividades do Governo do Presidente Médici, o vereador Pedro Mendes assegurou que o Piauí foi um dos Estados da Federação mais beneficiados na sua administração, pela conscientização de obras no campo da infra-estrutura.

Prosseguiu afirmando que o Piauí agradecido presta com justiça a sua homenagem, onde a sua administração se revestiu da melhor presença. Todas as oportunidades foram oferecidas ao Piauí, os recursos colocados à disposição do Governo do Estado e como fato fundamental, tendo à frente de um dos ministérios o professor Reis Velloso, viu a realização de um anseio de mais de 150 anos, a autorização para construção do Porto de Luis Correia.

Entre outras atividades do Governo do Presidente Médici, disse, veio para o Piauí a consolidação da “Universidade Federal, a integração da Rodo-Ferroviária, a integração entre jovens conscientes da realidade brasileira, através de uma programação do mais alto valor, que vasalhou o Brasil inteiro em termos de educação que é o Projeto Rondon.

Conclui afirmando que o povo do Piauí agradecido lhe paga um tributo, pelos elos de ligação entre Brasil e Piauí em termos de liderança político sócio-administrativa. (sic.)^{XX}

Nesse enlace foram destinadas verbas, sobretudo ao Nordeste, que visavam colocar os estados da região em consonância com o andamento das ações no restante do país, integrados ao ideal de modernidade. O poder Executivo se impunha como o condutor do projeto político/econômico de *Um Brasil gigante*. Em seu discurso não se falava em ditadura, “a imposição de limites às instituições políticas (parlamento, por exemplo) era justificada pelo regime em nome de uma suposta necessidade ditada pelas condições sociais vigentes naquele período”.^{XXI} A ditadura militar buscava se legitimar pelo discurso da modernidade, cujo um dos sentidos era a remodelação da sociedade pelo viés tecnicista da construção civil, para efetivação desse desejo foram desenvolvidos planos específicos de aplicação dos fluxos monetários, no caso piauiense, ficou conhecido como “Projeto Piauí”.



Figura 2: *O Dia*, 19 fev. 1973, p. 3.

O *Projeto Piauí* foi um órgão criado pelo poder Executivo para dar continuidade ao Plano de Desenvolvimento Integral Participativo do Piauí, cuja atuação dava-se a partir de técnicos nas microrregiões do estado, no que configurava-se como a etapa inicial de coleta de dados, a partir daí selecionavam-se líderes locais, institucionais ou não, que recebiam capacitação para continuação da coleta de dados em sua comunidade, produzindo um relatório elaborado que seria parâmetro para as metas de aplicação dos recursos. O jornal *O Dia* informa que o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho estava surpreso e satisfeito com o desempenho do projeto, todavia essa era uma visão que vinha de fora do estado, no âmbito local contestava-se que existia um “falso desenvolvimento”.

Não é preciso ser “expert” em política econômica para se chegar à dolorosa conclusão de que o Piauí não está se desenvolvendo, mas sim crescendo desordenadamente alguns dos seus centros urbanos, com o esvaziamento cada vez maior da zona rural. Aumenta o desemprego e o desespero, corrida

da zona rural para as cidades. No Piauí, já se perderam muitas oportunidades de arrancar para o progresso porque os nossos Governadores foram incapazes de pensar e agir realisticamente.^{XXII}

A observação registrada pelo deputado Nogueira Filho era pontual, indicando aspectos que ele considerava falhas na gestão de Alberto Silva, que ao aplicar o projeto desenvolvimentista teria tomado Teresina em primazia às demais cidades, concentrando na capital a maioria dos recursos, a elegendo como centro pulsante, que representaria os avanços do estado como um todo. A crítica de Nogueira apresenta-se isolada, em relação a numerosa quantidade de matérias que elogiam a forma como Alberto Silva conduz o governo, em suma por trabalharmos com jornais editados na própria cidade de Teresina, é compreensível que esses vejam com bons olhos as obras nela realizada, a remetendo como um centro irradiador da nova autoestima piauiense.

No caso específico da capital piauiense, o governador Alberto Silva disse entender que a cidade, antes de qualquer outra do Estado, deve e pode representar, traduzir, ostentar o novo espírito de otimismo e de progresso do povo piauiense, frisando ainda que a capital pode e deve ser uma das mais importantes do Nordeste.^{XXIII}

A perspectiva que o Teresina e o Piauí viviam *anos dourados* era veiculada de maneira ampla, periódicos como *O Estado* carregavam em suas páginas manchetes em que o Governo do Piauí de mãos dadas com o povo teriam aceito o desafio do progresso, sendo assim a ditadura militar trazia novamente os civis para dentro do seu discurso, os classificando como assistentes no projeto de modernização, que antes de tudo era um desafio, exigindo apoio mútuo para arrancada rumo a prosperidade, esquecendo os anos de miséria e sofrimento.

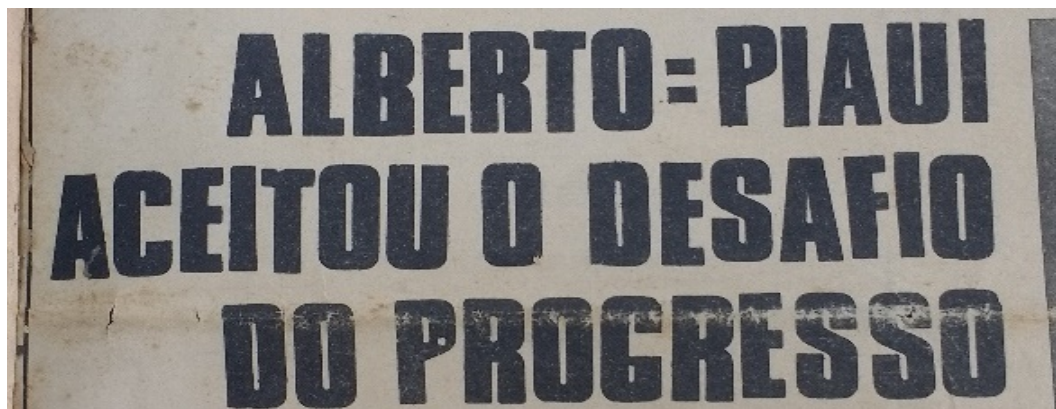


Figura 3: Teresina: *Estado*, 03 jan. 1973, p. 1.

O depoimento do Governador sobre o novo desafio piauiense criou expectativas entre os cidadãos. Desde a sua posse o homem do povo foi conclamado como o motor da sociedade, cuja força e trabalho seriam ferramentas fundamentais para edificação de uma comunidade em níveis mais amplos de civilização, por conseguinte a notícia de novas obras e verbas para o estado gerava eufemismos até entre os intelectuais, como Monsenhor Chaves:

[...] Teresina será, para todo o nordeste brasileiro, o mais importante entroncamento rodoviário que lhe dará acesso à Amazônia. Realmente não há um minuto a perder na preparação de Teresina para o desempenho condigno de sua importante missão.^{XXIV}

Defendia-se que o governador Alberto Silva, concatenado com o comando federal, havia trazido para o Piauí um novo sentido de vida e de progresso, conforme o jornal *O Dia* as práticas albertistas serviram para levantar a opinião-popular para outro nível de valorização, que renovaram o ânimo do piauiense, valoriza-se ainda o Presidente Emílio Médici e seus Ministros pelo apoio na distribuição dos recursos, lhes intitulado “Equipe da Redenção Nacional”.

Do Governo Federal não tem faltado apoio ao Piauí e o nome do Presidente Emílio Médici ficará na história deste Estado como um grande benfeitor, pois tem sido através de suas determinações e as de seus Ministros que os recursos têm chegado para a redenção do povo piauiense que, assim fortalecido em suas bases financeiras, há de transformar este recanto avançado do Brasil, no trampolim para a integração da Amazônia. Os ministros Reis Veloso, do Planejamento, Mario Andreazza, dos Transportes, Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, e Delfim Neto, da Fazenda, junto com os demais titulares do Governo Federal, pelo esforço despendido em prol da causa piauiense, recebem, a esta altura, o reconhecimento do povo que já os considera componentes da “Equipe de Redenção Nacional”.^{XXV}

Percebe-se que, após os primeiros meses de governo, o nome de Alberto Silva adquire primazia ao do Piauí, visto que as matérias que tratam dos feitos políticos e projetos econômicos estaduais, o colocam como o sujeito do desenvolvimento.

Alberto obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí: Representantes da firma inglesa AngloBrazilianTechnical Services disseram ontem ao governador Alberto Silva que o Piauí pode pedir a importância que desejar, a título de empréstimo, para obras no Estado [...]^{XXVI}

Podemos observar a imprensa piauiense como uma catalizadora dos principais projetos políticos do período, ao passo que em uma mesma matéria agregava o discurso de integração e modernização nacional, simultaneamente colaborava com as “*maneiras de durar* de Alberto Silva”^{XXVII} na memória piauiense e aumentava a legitimidade da ditadura militar brasileira.

Dando um verdadeiro balanço de sua administração durante o ano de 1972, o governador Alberto Silva disse, anteontem, através de uma cadeia de rádio e televisão, que o governo e povo do Piauí, de mãos dadas, decidiram trabalhar pela grandeza do Estado, aceitando, assim, o desafio do desenvolvimento. [...] Citou as numerosas obras que foram ou estão sendo implantadas, de Norte a Sul do Estado, abrangendo setores de rodovias, saúde, educação, eletrificação, abastecimento d’água, assistência social, agricultura e pecuária, detalhando, em números expressivos, o significado de todo esse conjunto no aceleramento do Piauí.^{XXVIII}

Retomamos então às considerações feitas por Maria José Rezende, ao afirmar que o projeto da ditadura militar, era conseguir aceitabilidade através de um processo de reconhecimento baseado não somente, mas grandemente, em determinados valores. Isso demonstra que ela não se contentaria com uma forma de aceitação esporádica e/ou tênue de seus atos, medidas, ações e desígnios. Não se está considerando que o regime buscava, porém, adesão somente no âmbito dos valores, ele atuava em todos os níveis. As suas medidas nas esferas econômicas e políticas eram, também, acompanhadas incansavelmente de apelos à legitimidade.^{XXIX}

A comunicação do avanço dessas obras revela mais um caráter do regime militar nessa busca por apoio, que seria integrar diversas esferas do seu domínio, concatenando

as informações pela imprensa, ao fazer divulgar suas obras, que em seu discurso colocavam o país em um novo estágio de desenvolvimento. Podemos refletir sobre a utilização da mídia durante a ditadura militar a partir do aforismo de McLuhan, que ao afirmar que “o meio é a mensagem” nos situa que a própria atuação da imprensa carrega um significado, nesse momento veiculavam-se obras que pregavam uma modernização do país, na medida que os direitos civis e democráticos eram cerceados.

Esta frase curta é falsamente simples, e carrega vários sentidos. O primeiro é a noção de que, independente do conteúdo ou “mensagem” explícita, um meio tem seus efeitos peculiares na percepção das pessoas constituindo-se em uma “mensagem” em si mesmo. Por exemplo, existe algo de revolucionário no telefone, algo que transforma radicalmente a relação dos seres humanos com o tempo e com o espaço. Tal dimensão, a “mensagem do meio” – aquilo que o telefone faz com a comunicação humana – não se encontra no “conteúdo” ou na “mensagem” de nenhum telefonema particular. Neste sentido, McLuhan chamava de “sonambulismo de nossos dias” a obsessão crítica com os “conteúdos” das mídias e o esquecimento sobre o bias colocado pelo próprio meio. Para ele, os programas veiculados na TV são como um pedaço de carne suculento oferecido ao cão de guarda, enquanto o ladrão rouba a casa.^{xxx}

Adaptando essa metáfora, podemos compreender o cão de guarda como nossa consciência, enquanto o pedaço de carne são os discursos da imprensa que desviam o foco da nossa atenção para as obras de infraestrutura, ao passo que o governo limita as liberdades democráticas como o ladrão que invade a casa.

Considerações Finais

A história da imprensa no decorrer do Regime Militar Brasileiro não pode ser compreendida de forma determinista ou parcial. Nesse sentido, ao utilizarmos o enfoque político, não podemos ignorar que as relações evidenciadas nesse enredo são atravessadas por aspectos culturais, políticos e econômicos. Conforme pontuamos, os grupos jornalísticos que produziam matérias ao longo desse período não existiam como um organismo isolado da sociedade, sendo assim estavam imbricados na trama histórica que os circundava, sujeitos às consequências comuns a todos os civis.

Nesse cenário, o universo de contestação ao Regime mostrava-se sombrio e arriscado, em meio à onda de repressão sofrida por outros grupos, como estudantes e operários sindicalistas. Passa a predominar, assim, uma face da imprensa alinhada ao governo oficial, no que aproximamos da noção de *estatistas*, isto é, uma atuação dos intelectuais em compasso com o ideal do estado.

O caráter *estatista* favoreceu os militares, à medida que o espaço dos jornais foi utilizado como local de expressão do imagético ditatorial, ou seja, um local onde se fundiam as práticas e os discursos. A imprensa passou a ser vista como um espaço de legitimação do projeto político militar, pautado na construção civil como fundamento para integração nacional e modernização da sociedade.

No âmbito piauiense, destacou-se a figura do governador Alberto Tavares Silva, que chegou ao comando do Estado com restrições em seu campo de atuação, por tratar-se de uma figura nova na política local. Todavia, o mandatário soube transitar nos

espaços e construir uma gestão em sincronia com o governo federal, obtendo recursos que ajudaram a reerguer a autoestima do Piauí.

No processo de busca de identidade e valorização do Estado, a imprensa ocupou papel primordial, ao veicular os avanços que o Piauí conquistava a partir da interferência direta do seu obstinado chefe executivo. Classificamos essa atuação como *colaboracionista*, conforme o termo de Beatriz Kunshir, que ao analisar a relação entre censores e jornalistas durante o Regime Militar observa uma autocensura nos discursos, que se aproximava do elogio às práticas governamentais.

Notas

^I Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada ao Departamento de História e do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. Bolsista em Produtividade Científica/UFPI. Coordenadora do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/História/CAPES/UFPI). E-mail: cfontineles@gmail.com.

^{II} Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, bolsista CAPES. E-mail: carlosalbertomota12@hotmail.com.

^{III} MOTTA, Rodrigo Pato; REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p. 1.

^{IV} Idem, p. 7.

^V PIRES, Murilo José. O Termo Modernização Conservadora (**quem fica em grifo é o nome do periódico**): sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vl. 40, n 03, 2009. p. 418

^{VI} PRADO, Luiz Carlos. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano – volume 4: O tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 208

^{VII} MÉDICI, Emílio Garrastazu. Apud. BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: Discursos de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 292.

^{VIII} CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália**. São Paulo: Annablume, 2005, p.94.

^{IX} LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994, p 15.

^X Chamamos de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar. cf. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 99.

^{XI} NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.4.

^{XII} FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 79.

^{XIII} NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.1.

^{XIV} FONTINELES, op. cit. 2015, p. 176.

^{XV} NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.2

^{XVI} PRESTÍGIO à imprensa. Teresina: **O Estado**, 27 jan. 1971, p. 4.

^{XVII} FONTINELES, op. cit. 2015, p. 49.

^{XVIII} REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina – PR: Ed. UEL, 2001, p. 83.

^{XIX} PIAUÍ caminha a passos largos com o progresso. **O Dia**, 19 fev. 1973, p. 3.

^{XX} PIAUÍ beneficiado no governo Médici. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1974, p. 2.

-
- ^{XXI} REZENDE, op. cit. 2001, p. 119
^{XXII} DEPUTADO Nogueira: Piauí vai muito mal. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1973, p. 1.
^{XXIII} ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. Teresina: **O Estado**, 4 fev. 1972, p.8
^{XXIV} MONSENHOR elogia obras de Alberto em Teresina. Teresina: **O Estado do Piauí**, 04 jan. 1973, p. 1.
^{XXV} PIAUÍ caminha a passos largos com o progresso. Teresina: **O Dia**, 1º fev. 1974, p. 4.
^{XXVI} ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 1º mar. 1972, p.1
^{XXVII} FONTINELES, op. cit. 2015.
^{XXVIII} ALBERTO: Piauí aceitou o desafio do progresso. Teresina: **Estado do Piauí**, 03 jan. 1973, p. 1.
^{XXIX} REZENDE, op. cit. 2001, p. 192
^{XXX} BRAGA, Adriana. **Mcluhan entre conceitos e aforismos**. ALCEU - v. 12 - n.24, p.50

Referências

- ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. Teresina: **O Estado**, 4 fev. 1972, p. 8.
- ALBERTO obtém de missão inglesa 90 milhões para obras no Piauí. Teresina: **O Estado**, 1º mar. 1972, p. 1.
- ALBERTO: Piauí aceitou o desafio do progresso. Teresina: **Estado do Piauí**, 03 jan. 1973, p. 1.
- BRAGA, Adriana. **Mcluhan entre conceitos e aforismos**. ALCEU - v. 12 - n.24.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**, vol. 4, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DEPUTADO Nogueira: Piauí vai muito mal. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1973, p. 1
- FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. Apud. BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente**: Discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 292.
- MONSENHOR elogia obras de Alberto em Teresina. Teresina: **O Estado do Piauí**, 04 jan. 1973, p. 1.
- MOTTA, Rodrigo Pato; REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.2

PIAUÍ beneficiado no governo Médici. Teresina: **O Estado**, 15 mar. 1974, p. 2.

PIAUÍ caminha a passos largos com o progresso. **O Dia**, 19 fev. 1973, p. 3.

PIRES, Murilo José. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vl. 40, n 03, 2009.

PRADO, Luiz Carlos. O “Milagre” Brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano – volume 4: O tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRESTÍGIO à imprensa. Teresina: **O Estado**, 27 jan. 1971, p. 4.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964- 1984). Londrina: Ed. UEL, 2001.